

Congresso vota LDO hoje

PT exige, em troca, votação do mínimo em agosto

Graças a um acordo firmado entre o PT, o PMDB e os partidos que apóiam o Governo no Congresso Nacional, será votada hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que fixa os critérios para a elaboração do orçamento da União para o próximo ano. O PT concordou em não obstruir a votação da LDO, com a condição de que sejam votadas em agosto, em regime de urgência urgentíssima, a nova política salarial e a nova lei do salário mínimo.

O acordo foi firmado entre os líderes José Genoino (SP), do PT, Ricardo Fiúza (PE), do bloco PFL-PRN, Humberto Souto (PFL-MG), líder do Governo na Câmara, e Genebaldo Correia (BA), do PMDB. Além de conseguir urgência para a votação do salário mínimo e da política salarial, segundo o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), o Partido dos Trabalhadores também assegurou que fosse respeitado o prazo regimental para que a Comissão Mista de Orçamento discutisse, até ontem, as emendas ao projeto de LDO proposto pelo Governo.

Apesar disso a comissão não

se reuniu, mas as modificações ao projeto serão feitas no plenário, durante a discussão da matéria, hoje à tarde. Eduardo Jorge diz que também ficou assegurada a verificação de quorum antes da votação de cada emenda, ou destaque, hoje em plenário. Indagado sobre a existência do acordo, no entanto, o deputado Humberto Souto desconvenceu: "Não estou sabendo de acordo nenhum".

O substitutivo ao projeto do Governo para o salário mínimo, que foi aprovado pela Comissão de Trabalho e Serviços Públicos por unanimidade, e que irá ao plenário do Congresso em agosto, prevê um valor de Cr\$ 47.381 para o mínimo, a partir de junho. O reajuste seria mensal, de acordo com uma cesta básica de alimentos e serviços que inclui a variação dos preços dos aluguéis, além de um aumento real de 1% ao mês.

Já a política salarial aprovada pela mesma comissão prevê que os salários de todas as categorias sejam reajustados com base num índice de inflação prefixado pelo Governo.